

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	7
--------------------------------	---

Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2019 à 30/06/2019	8
---	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	10
---	----

Notas Explicativas	12
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião	31
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	33
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	34
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	36.292
Preferenciais	0
Total	36.292
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
1	Ativo Total	48.707	46.463
1.01	Ativo Circulante	4.255	4.085
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	757	746
1.01.01.01	Caixa e bancos	4	2
1.01.01.02	Aplicações financeiras	753	744
1.01.03	Contas a Receber	1.617	1.458
1.01.03.01	Clientes	1.617	1.458
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.099	1.079
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.099	1.079
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	782	802
1.01.08.03	Outros	782	802
1.01.08.03.03	Outros créditos	782	802
1.02	Ativo Não Circulante	44.452	42.378
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	44.433	42.354
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	44.433	42.354
1.02.01.09.05	Contas a receber em operações securitizadas	44.433	42.354
1.02.03	Imobilizado	19	24
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	19	24

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
2	Passivo Total	48.707	46.463
2.01	Passivo Circulante	1.715	1.625
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	52	44
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	52	44
2.01.02	Fornecedores	1.662	1.578
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.662	1.578
2.01.06	Provisões	1	3
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1	3
2.01.06.01.05	Provisões para contingência	1	3
2.02	Passivo Não Circulante	11.937	9.791
2.02.02	Outras Obrigações	11.937	9.791
2.02.02.02	Outros	11.937	9.791
2.02.02.02.03	Assunção de dívida a pagar	449	449
2.02.02.02.05	Contas a pagar em operações securitizadas	11.249	9.099
2.02.02.02.06	Provisões para contingência	228	228
2.02.02.02.07	Outras obrigações	11	15
2.03	Patrimônio Líquido	35.055	35.047
2.03.01	Capital Social Realizado	37.380	37.380
2.03.01.01	Capital Social	37.380	37.380
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-2.325	-2.333

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	28	147	44	761
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-6	-27	-30	-625
3.03	Resultado Bruto	22	120	14	136
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-28	-115	5	-66
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-20	-91	21	-72
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-17	-86	24	-69
3.04.02.02	Depreciações/Amortizações	-3	-5	-3	-3
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-8	-24	-16	6
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-5	-18	-10	-8
3.04.05.02	Outras	-3	-6	-6	14
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-6	5	19	70
3.06	Resultado Financeiro	4	6	6	-11
3.06.01	Receitas Financeiras	4	7	6	11
3.06.02	Despesas Financeiras	0	-1	0	-22
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-2	11	25	59
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	4	-3	-13	-21
3.08.01	Corrente	4	-3	-13	-21
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2	8	12	38
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	2	8	12	38
3.99.01.01	ON	0,00006	0,00022	0,00051	0,0016
3.99.02.01	ON	0,00006	0,00022	0,00051	0,0016

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	2	8	12	38
4.03	Resultado Abrangente do Período	2	8	12	38

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	11	567
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	11	68
6.01.01.01	Prejuízo do Período antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	11	38
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	5	3
6.01.01.05	Provisão para Contingências	-1	-9
6.01.01.06	Outros	-4	36
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	0	499
6.01.02.01	Impostos a Compensar	-11	-10
6.01.02.02	Contas a Receber	-159	-853
6.01.02.03	Contas a Receber em Operações Securitizadas	-2.079	-2.723
6.01.02.05	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5	1
6.01.02.09	Contas a Pagar em Operações Securitizadas	2.150	2.866
6.01.02.15	Outras Movimentações	10	-73
6.01.02.16	Fornecedores	84	1.291
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	-32
6.02.01	Aplicações Financeiras	0	-32
6.03.01	Aumento do Capital Social	0	12.996
6.03.02	Adiantamento Para futuro aumento de Capital	0	-12.996
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	11	535
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	746	167
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	757	702

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	37.380	0	0	-2.333	0	35.047
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	37.380	0	0	-2.333	0	35.047
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8	0	8
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8	0	8
5.07	Saldos Finais	37.380	0	0	-2.325	0	35.055

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	24.384	0	0	-2.391	0	21.993
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	24.384	0	0	-2.391	0	21.993
5.04	Transações de Capital com os Sócios	12.996	0	0	0	0	12.996
5.04.01	Aumentos de Capital	12.996	0	0	0	0	12.996
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	38	0	38
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	38	0	38
5.07	Saldos Finais	37.380	0	0	-2.353	0	35.027

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
7.01	Receitas	161	836
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	161	836
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-119	-645
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-27	-625
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-86	-34
7.02.04	Outros	-6	14
7.03	Valor Adicionado Bruto	42	191
7.04	Retenções	-5	-3
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5	-3
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	37	188
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7	11
7.06.02	Receitas Financeiras	7	11
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	44	199
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	44	199
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	35	139
7.08.02.01	Federais	35	65
7.08.02.03	Municipais	0	74
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1	22
7.08.03.03	Outras	1	22
7.08.03.03.01	Despesas Bancárias	1	22
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	8	38
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	8	38

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

A Administração da PDG Companhia Securitizadora - Em Recuperação Judicial (“Companhia”) apresenta o relatório da administração em conjunto com as Informações Trimestrais e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia, referente ao período findo em 30 de junho de 2020.

1. Contexto operacional

A Companhia possui seus valores mobiliários negociados no mercado de balcão não organizado. A sede social da Companhia está localizada na Avenida Doutor Cardoso de Melo, nº 1955, 6º andar, Vila Olímpia, CEP 04548-005, na Cidade e Estado de São Paulo.

A PDG Companhia Securitizadora - Em Recuperação Judicial, (“Companhia”) tem como objeto social as seguintes atividades:

(i) aquisição e securitização de créditos hipotecários e de créditos oriundos de operações e financiamentos imobiliários; (ii) prestação de serviços referentes a operações no mercado secundário de hipotecas e de créditos oriundos de operações e financiamento imobiliários que sejam compatíveis com suas atividades; (iii) emissão e colocação no mercado financeiro, de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e de outros títulos de crédito e/ou valores mobiliários; (iv) realização de operações de proteção de valores (hedge) em mercados derivativos, visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos hipotecários e imobiliários; e (v) realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com seu objeto social, incluindo, mas não se limitando, à intermediação de negócios relacionados com o mercado imobiliário e prestação de serviços de consultoria.

A Companhia opera substancialmente com CRIs de controladas de sua controladora integral, a PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em Recuperação Judicial (“PDG”). Dessa forma, quando da emissão de CRI, tendo como lastro os recebíveis imobiliários vinculados ao regime fiduciário, tais recebíveis ficam excluídos do patrimônio líquido comum da Companhia, passando a constituir direitos patrimoniais em separado, com o objetivo específico de responder pela realização financeira dos direitos dos titulares dos CRIs.

O ajuizamento da Recuperação Judicial (“RJ”) da controladora PDG ensejou o vencimento antecipado das operações financeiras de todo o Grupo PDG, incluindo as da Companhia. Dessa forma, o ajuizamento da Recuperação Judicial da Companhia também é necessário para a implementação organizada do Processo de Reestruturação do Grupo PDG.

A decisão judicial de deferimento da RJ, dentre outras providências, determinou a nomeação da PricewaterhouseCoopers Assessoria Empresarial Ltda. para atuar como administradora Judicial no Processo de RJ e, a não inclusão no Plano de RJ dos passivos relacionados ao patrimônio separado – por já serem excluídos do patrimônio líquido comum da Companhia.

Conforme Assembleia Geral de Credores realizada em 30 de novembro de 2017 o Plano de RJ foi aprovado e sua implementação já está sendo realizada.

A Administração entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes, considerando o pedido de recuperação citado, para o desenvolvimento de suas atividades e cumprir com suas obrigações de curto em médio prazo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2. Administração

A Administração da Companhia está composta em 30 de junho de 2020, pelos membros, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Nome	Cargo ocupado
Augusto Alves dos Reis Neto	Presidente do Conselho de Administração
Roberto Giarelli	Vice-Presidente do Conselho de Administração
Roberto Giarelli	Diretor de relações com Investidores
Renato Barbosa	Membro efetivo do Conselho de Administração
Patrick Bruce Carneiro Aguiar Queiroga	Membro efetivo do Conselho de Administração

3. Política de investimentos

A política de investimentos para o exercício está voltada para o aproveitamento das oportunidades de negócios dentre aqueles definidos no objeto social da Companhia.

4. Outras informações - Relacionamento com Auditores Independentes

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia informa que a sua política de contratação de prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor. Tais princípios se baseiam no fato de que o auditor independente não deve auditar seu próprio trabalho, não pode exercer funções gerenciais, não deve advogar por seu cliente ou prestar quaisquer outros serviços que sejam considerados proibidos pelas normas vigentes, mantendo desta forma a independência nos trabalhos realizados.

Com o objetivo de atender à Instrução CVM no. 381/2003, a Companhia informa que a PP&C Auditores Independentes S/S, prestadora de serviços de auditoria externa à Companhia, não prestou serviços não relacionados à auditoria externa no período findo em 30 de junho de 2020.

São Paulo, 13 de Agosto de 2020.

A Administração

Notas Explicativas

PDG Companhia Securitizadora - Em Recuperação Judicial

Informações Trimestrais em
30 de junho de 2020

Notas Explicativas

*PDG Companhia Securitizadora – Em recuperação judicial
Informações trimestrais em
30 de junho de 2020*

Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais – R\$)

1. Contexto operacional

a. Informações gerais

A sede social da PDG Companhia Securitizadora - Em Recuperação Judicial (“Companhia”), está localizada na Avenida Doutor Cardoso de Melo, nº 1955, 6º andar – na Cidade e Estado de São Paulo.

A Companhia tem como objeto social as seguintes atividades: (i) aquisição e securitização de créditos hipotecários e de créditos oriundos de operações e financiamentos imobiliários; (ii) prestação de serviços referentes a operações no mercado secundário de hipotecas e de créditos oriundos de operações e financiamento imobiliários que sejam compatíveis com suas atividades; (iii) emissão e colocação no mercado financeiro, de Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRIs”) e de outros títulos de crédito e/ou valores mobiliários; (iv) realização de operações de proteção de valores (*hedge*) em mercados derivativos, visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos hipotecários e imobiliários; e (v) realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com seu objeto social, incluindo, mas não se limitando, à intermediação de negócios relacionados com o mercado imobiliário e prestação de serviços de consultoria.

Em 03 de outubro de 2008, a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), aprovou o pedido de registro de Companhia aberta com o direito de negociar os valores mobiliários de sua emissão no mercado de balcão não organizado.

Quando da emissão de CRI, tendo como lastro os recebíveis imobiliários vinculados ao regime fiduciário, tais recebíveis ficam excluídos do patrimônio líquido comum da Companhia, passando a constituir direitos patrimoniais em separado, com o objetivo específico de responder pela realização financeira dos direitos dos titulares dos CRIs.

A Companhia opera substancialmente com certificados de recebíveis de controladas de sua controladora integral, a PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em Recuperação Judicial (“PDG”).

Em 30 de junho de 2020, a Companhia mantinha as seguintes emissões de CRIs em vigor:

Certificados de Recebíveis Imobiliários						Securitização de créditos oriundos	
CRI	Data de Emissão	Série	Emissão	Agente fiduciário	Instituição distribuidora	Contratos de recebíveis ou cédulas	Emissor dos créditos
16F0078976	07/06/2016	28ª	1ª	GDC Partners DT VM	Banco Fibra	CCB	PDG Realty
15L0589791	15/12/2015	27ª	1ª	GDC Partners DT VM	Credit Suisse	CCB	PDG Realty
15I0188259	28/09/2015	26ª	1ª	GDC Partners DT VM	Banco BTG Pactual	CCB	CHL Desenvolvimento Imobiliário
14I0055096	05/09/2014	25ª	1ª	Oliveira Trust	Banco Fibra	CCB	PDG Realty
14I0055087	05/09/2014	24ª	1ª	GDC Partners	Banco Itaú BBA	CCB	PDG Realty
11L0015528	20/12/2011	15ª	1ª	GDC Partners	BB - Banco de Investimento	CCB	PDG Realty
11H0013027	12/08/2011	4ª	1ª	GDC Partners	Banco BTG	CCB	Investidas PDG
10I0001003	02/09/2010	3ª	2ª	GDC Partners	Banco Itaú BBA	CCB	Agra
10H0004065	05/08/2010	2ª	2ª	GDC Partners	Banco Itaú BBA	CCB	Greenville
11E0030386	31/05/2011	7ª	3ª	Pentágono	Banco BTG	CCB	PDG Realty
11C0000002	01/03/2011	5ª	3ª	Pentágono	Banco Itaú BBA	CCB	PDG Realty
10J0010501	14/10/2010	3ª	3ª	Pentágono	Banco Itaú BBA	CCB	Agra e Goldfarb

Notas Explicativas

*PDG Companhia Securitizadora – Em recuperação judicial
Informações trimestrais em
30 de junho de 2020*

b. Recuperação judicial

A Companhia iniciou em agosto de 2015 um processo de reestruturação de dívidas de modo a preservar a sua capacidade de cumprimento das obrigações assumidas perante credores e clientes (“Processo de Reestruturação”).

Em linhas gerais o Processo de Reestruturação previa acordos para prorrogação de pagamentos de juros e amortização de principal, a concessão de novos financiamentos destinados a cobrir despesas gerais e administrativas do Grupo (PDG).

Em decorrência desta situação, em 22 de fevereiro de 2017 a Companhia protocolou pedido de Recuperação Judicial (“RJ”), em conjunto com as demais sociedades integrantes do Grupo (PDG), na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005. Em 02 de março de 2017 o pedido de recuperação judicial foi deferido pelo Juiz de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, nos autos do processo nº 1016422-34.2017.8.26.0100.

O Plano de Recuperação Judicial foi aprovado em 30 de novembro de 2017 conforme Assembleia Geral de Credores realizada nessa data. Em 06 de dezembro, o Plano foi submetido e homologado perante o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionados à Arbitragem da Comarca de São Paulo, nos termos da Lei nº 11.101/05.

Com a homologação, as dívidas foram centralizadas na controladora (PDG Realty), conforme condição definida no plano e, após as definições dos credores sobre as opções de liquidação de cada classe de dívida, apurou o valor correspondente dos valores a pagar para cada grupo de credores.

Os pagamentos realizados dentro do prazo estabelecido, ou seja, de 12 meses contados da publicação da decisão que homologou a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, representam a conclusão de uma etapa fundamental do processo de Recuperação Judicial e um importante passo rumo à manutenção da normalidade operacional e à retomada do crescimento do Grupo (PDG).

c. Continuidade operacional

A Companhia prepara suas demonstrações financeiras no pressuposto da continuidade e conforme exposto nos autos da Recuperação Judicial, demonstra que o Grupo PDG reúne as condições necessárias para superação, no longo prazo, da crise econômico-financeira vivenciada, e a Recuperação Judicial se insere no contexto de uma série de medidas para buscar seu efetivo soerguimento. Para que esse objetivo seja atingido, o redimensionamento de atividades das Recuperandas é essencial, inclusive seguindo política que já vem sendo adotada nos últimos anos pelo Grupo PDG.

d. Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) prevista para 30 de abril de 2020

Em decorrência da pandemia da COVID-19 e considerando o cenário de quarentena decretada em muitas localidades, o isolamento social e, considerando que a AGOE acarreta potencial concentração de pessoas, a Administração da Companhia determinou que o cancelamento da AGOE visasse o bem-estar dos acionistas e colaboradores da Companhia.

A Administração da Companhia está acompanhando todos os desenvolvimentos decorrentes da Covid-19, incluindo eventuais impactos à Companhia, as recomendações das autoridades de saúde, determinações dos governos estadual e federal e alterações na legislação e regulamentações aplicáveis à Companhia. A

Notas Explicativas

PDG Companhia Securitizadora – Em recuperação judicial
Informações trimestrais em
30 de junho de 2020

Administração da Companhia ressalta, por outro lado, que as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, permanecem disponíveis no site da CVM.

Tão logo seja definida nova data de realização da AGOE, serão divulgados os documentos referentes à convocação da referida assembleia, bem como serão transmitidas as instruções pertinentes para a participação dos seus acionistas na AGOE e adotadas outras providências cabíveis para tal participação.

e. **COVID-19**

Com o avanço do COVID-19, trazendo consigo turbulência aos mercados e riscos à saúde da população, a Companhia decidiu, dentre outras medidas, operar com 100% de seu quadro de colaboradores em regime de home Office. Essa medida teve como principal objetivo preservar a saúde de nosso time. A administração da Companhia continuará monitorando atentamente os desdobramentos da situação atual e atuando tempestivamente para manutenção da operação e preservar seus colaboradores, mesmo diante de um ambiente mais incerto, sempre atentos e alinhados com as estratégias e apoios governamentais.

O monitoramento sobre possíveis impactos em nossas operações e colaboradores, através da implementação das medidas abaixo relacionadas, nos possibilitou afirmar que até o momento nossas operações e colaboradores não foram afetados, de forma relevante, pela expansão do vírus.

Principais ações implementadas:

Pessoal: Inicialmente enviamos comunicações internas com as práticas preventivas, recomendadas pelo Ministério da Saúde sobre o vírus e informativos com dicas sobre saúde e ergonomia; intensificamos a limpeza geral do escritório; disponibilizamos álcool gel em diversos locais da empresa, banheiros e salas de reunião; disponibilizamos máscaras para os colaboradores que prestavam atendimento pessoal; e realizamos o acompanhamento diário sobre colaboradores contaminados ou suspeitos de contaminação. Posteriormente implementamos o sistema home office para 100% do quadro de colaboradores; realizamos reuniões por videoconferência; e disponibilizamos novas ferramentas tecnológicas para otimização do trabalho remoto.

Operação: Diretriz 1: Acompanhamento diário da necessidade de caixa e das operações securitizadas; adoção dos benefícios gerados por Medida Provisória (postergação do pagamento de impostos).

Diretriz 2: manutenção dos empregos para retomada operacional; utilizamos a programação de férias e utilização do banco de horas, mantendo inalterada a operação da Companhia. Posteriormente avaliamos e planejamos a eventual adoção de jornada flexível e realizamos pesquisa sobre tendências do Mercado Imobiliário pós-pandemia.

2. Apresentação das informações trimestrais e principais políticas contábeis

a. **Informações Trimestrais e políticas contábeis**

Conforme facultado pelo Ofício Circular 03/2011, emitido pela CVM, e com base no julgamento e premissas adotados pela Administração acerca da relevância e de alterações que devem ser divulgados em notas explicativas, estas informações trimestrais incluem notas explicativas selecionadas e não contemplam todas as notas explicativas apresentadas nas demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício de 2019.

Notas Explicativas

PDG Companhia Securitizadora – Em recuperação judicial
Informações trimestrais em
30 de junho de 2020

A Companhia declara que os julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas, bem como as principais práticas contábeis adotadas na apresentação e preparação dessas informações trimestrais, são os mesmos divulgados na nota 3 às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício de 2019 e por isso recomendamos a leitura conjunta destas informações trimestrais e das referidas demonstrações anuais.

As informações trimestrais foram preparadas no curso normal das operações e no pressuposto da continuidade dos negócios da Companhia. A Administração realiza uma avaliação da capacidade da Companhia de continuar operando ao preparar as informações financeiras intermediárias. As informações trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

As informações trimestrais são apresentadas em milhares de reais (R\$) e todos os valores são arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma. Em certas circunstâncias, isso pode levar a diferenças não significativas entre a soma dos números e os subtotais apresentados nos quadros.

A emissão destas informações trimestrais foi autorizada pela Administração em 13 de agosto de 2020.

b. *Atendimento à instrução CVM 414/04*

A instrução CVM nº 414/04 exige a divulgação das informações relativas às aquisições, retrocessões, pagamentos e inadimplência dos créditos vinculados à emissão de CRI, além das informações anuais independentes, por emissão de CRI sob-regime fiduciário, previstas no art. 12 da Lei nº 9.514/97. Em atendimento a esta instrução vigente, divulgamos tais informações na Nota explicativa nº 12(a).

Abaixo demonstramos os saldos dos ativos, passivos e resultado, da Companhia, antes e depois do patrimônio separado, em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

PDG Companhia Securitizadora - Em Recuperação Judicial

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de Reais - R\$)

	Saldo em 30/06/2020			Saldo em 31/12/2019		
	Antes do Patrimônio Separado	Patrimônio Separado	Patrimônio da Companhia	Antes do Patrimônio Separado	Patrimônio Separado	Patrimônio da Companhia
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	4.589	3.832	757	4.140	3.394	746
Contas a receber	1.617	-	1.617	1.458	-	1.458
Direitos creditórios adquiridos (nota 5.1)	1.865.272	1.865.272	-	1.712.508	1.712.508	-
Tributos correntes a recuperar	1.099	-	1.099	1.079	-	1.079
Outros créditos	782	-	782	802	-	802
Total circulante	1.873.359	1.869.104	4.255	1.719.987	1.715.902	4.085
Não circulante						
Contas a receber em operações securitizadas	44.433	-	44.433	42.354	-	42.354
Imobilizado	19	-	19	24	-	24
Total não circulante	44.452	-	44.452	42.378	-	42.378
Total do ativo	1.917.811	1.869.104	48.707	1.762.365	1.715.902	46.463

Notas Explicativas

PDG Companhia Securitizadora – Em recuperação judicial
Informações trimestrais em
30 de junho de 2020

PDG Companhia Securitizadora - Em Recuperação Judicial

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de Reais - R\$)

	Saldo em 30/06/2020			Saldo em 31/12/2019		
	Antes do Patrimônio Separado	Patrimônio Separado	Patrimônio da Companhia	Antes do Patrimônio Separado	Patrimônio Separado	Patrimônio da Companhia
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante						
Obrigações fiscais e trabalhistas		52	-	52	44	-
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI (Nota 5.2)	1.869.104	1.869.104	-	1.715.902	1.715.902	-
Fornecedores	1.662	-	1.662	1.578	-	1.578
Provisões para contingência	1	-	1	3	-	3
Total do circulante	1.870.819	1.869.104	1.715	1.717.527	1.715.902	1.625
Não circulante						
Partes relacionadas	449	-	449	449	-	449
Contas a pagar em operações securitizadas	11.249	-	11.249	9.099	-	9.099
Provisões para contingências	228	-	228	228	-	228
Outras obrigações	11	-	11	15	-	15
Total do não circulante	11.937	-	11.937	9.791	-	9.791
Patrimônio líquido						
Capital social	37.380	-	37.380	37.380	-	37.380
Prejuízos acumulados	(2.325)	-	(2.325)	(2.333)	-	(2.333)
Total do patrimônio líquido	35.055	-	35.055	35.047	-	35.047
Total do passivo e patrimônio líquido	1.917.811	1.869.104	48.707	1.762.365	1.715.902	46.463

PDG Companhia Securitizadora - Em Recuperação Judicial

Demonstrações de resultados dos exercícios findos em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2019
(Em milhares de Reais - R\$)

	Saldo em 30/06/2020			Saldo em 30/06/2019		
	Antes do Patrimônio Separado	Patrimônio Separado	Patrimônio da Companhia	Antes do Patrimônio Separado	Patrimônio Separado	Patrimônio da Companhia
Receitas de prestação de serviços	147	-	147	761	-	761
Custos dos serviços prestados	(27)	-	(27)	(625)	-	(625)
Resultado Bruto	120	-	120	136	-	136
Despesas e receitas operacionais						
Despesas gerais e administrativas	(86)	-	(86)	(69)	-	(69)
Despesas tributárias	(18)	-	(18)	(8)	-	(8)
Depreciações/ amortizações	(5)	-	(5)	(3)	-	(3)
Outras despesas/ receitas operacionais	6.014	6.020	(6)	343	329	14
	5.905	6.020	(115)	263	329	(66)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	6.025	6.020	5	399	329	70
Receitas e despesas financeiras						
Receitas financeiras	148.083	148.076	7	136.367	136.356	11
Despesas financeiras	(154.097)	(154.096)	(1)	(136.707)	(136.685)	(22)
	(6.014)	(6.020)	6	(340)	(329)	(11)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	11	-	11	59	-	59
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(3)	-	(3)	(21)	-	(21)
Lucro do período	8	-	8	38	-	38
Quantidade de ações (em milhares)	36.292	-	36.292	23.726	-	23.726
Lucro por Ação (básico e diluído)	0,00022	-	0,00022	0,00160	-	0,00160

Notas Explicativas

PDG Companhia Securitizadora – Em recuperação judicial
Informações trimestrais em
30 de junho de 2020

3. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do período.

As receitas, despesas e custos incluem os rendimentos, os encargos e as variações monetárias que foram calculados com base em índices ou taxas oficiais e que incidem sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes. Quando aplicável, incluem os ajustes de valor de mercado e/ou de realização.

O ágio e o deságio apurados na compra dos recebíveis são apropriados ao resultado do período de acordo com a curva do CRI.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a saldos bancários e aplicações financeiras:

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e bancos	4	2
Aplicações financeiras	753	744
Total	<u><u>757</u></u>	<u><u>746</u></u>

5. Contas a receber – Recebíveis Imobiliários e Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)

5.1 Contas a receber

Seguem abaixo, os certificados de recebíveis imobiliários, registrados nos balanços patrimoniais sintéticos por emissão de CRI, sob regime fiduciário, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 12.b.

<u>Emissão</u>	<u>Data de Início</u>	<u>Data de Término</u>	<u>Índice de correção %</u>	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
1ª Emissão 4ª Série (i)	ago/11	out/23	CDI + 3,5%	711	641
1ª Emissão 15ª Série (i)	dez/11	jul/20	120% do CDI	356.498	350.503
1ª Emissão 24ª Série (i)	set/14	jul/20	TR + 12%	456.497	406.279
1ª Emissão 25ª Série (i) (ii)	set/14	jul/17	-	62.235	62.196
1ª Emissão 26ª Série (i)	set/15	mar/17	CDI + 5%	134.850	121.718
1ª Emissão 27ª Série (i)	dez/15	dez/18	CDI + 5%	436.704	394.461
1ª Emissão 28ª Série (i)	jun/16	jun/19	CDI + 5%	162.242	146.599
2ª Emissão 2ª Série (i)	ago/10	jul/20	TR + 12%	144.378	128.495
2ª Emissão 3ª Série (i)	set/10	jul/20	120% do CDI	67.911	61.732
3ª Emissão 3ª Série (i)	out/10	out/18	135 % CDI	3.940	3.587
3ª Emissão 5ª Série (i)	mar/11	mar/19	135 % CDI	19.973	18.671
3ª Emissão 7ª Série (i)	mai/11	jun/23	CDI +4%	19.333	17.626
				<u><u>1.865.272</u></u>	<u><u>1.712.508</u></u>

- (i) A Companhia realizou operações de securitização com lastro em Cédula de Créditos Imobiliários (“CCIs”) representativa de Cédula de Crédito Bancário (“CCBs”) emitidas por partes relacionadas da controladora PDG Realty (Nota 6.1).

Notas Explicativas

PDG Companhia Securitizadora – Em recuperação judicial
Informações trimestrais em
30 de junho de 2020

- (ii) Em Julho de 2017 os juros remuneratórios da 25ª Série da 1ª Emissão foram suspensos até 31 de Dezembro de 2020 sem execução das garantias relacionadas.

5.1.1 Movimentação dos saldos

Ativo - CCB	Saldo em 31/12/2019	Atualização Monetária	Recebimentos	Saldo em 30/06/2020
1ª Emissão 4ª Série	641	70	-	711
1ª Emissão 15ª Série	350.503	7.570	(1.575)	356.498
1ª Emissão 24ª Série	406.279	50.218	-	456.497
1ª Emissão 25ª Série	62.196	288	(249)	62.235
1ª Emissão 26ª Série	121.718	13.135	(3)	134.850
1ª Emissão 27ª Série	394.461	42.243	-	436.704
1ª Emissão 28ª Série	146.599	15.643	-	162.242
CCB - 1ª Emissão	1.482.397	129.167	(1.827)	1.609.737
2ª Emissão 2ª Série	128.495	15.883	-	144.378
2ª Emissão 3ª Série	61.732	7.808	(1.629)	67.911
CCB - 2ª Emissão	190.227	23.691	(1.629)	212.289
3ª Emissão 3ª Série	3.587	358	(5)	3.940
3ª Emissão 5ª Séries	18.671	1.358	(56)	19.973
3ª Emissão 7ª Série	17.626	1.742	(35)	19.333
CCB - 3ª Emissão	39.884	3.458	(96)	43.246
Total	1.712.508	156.316	(3.552)	1.865.272

5.2 Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRIs

Seguem abaixo as características de emissão, remuneração demonstrada referente às emissões de CRIs, registradas nos balanços patrimoniais sintéticos por emissão de CRI, sob-regime fiduciário, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 12.c. Os CRIs encontram-se totalmente negociados.

Emissão	Data emissão	Data término amortização	Valor unitário (emissão)	Quantidade	Juros ao ano	Saldo em	
						30/06/2020	31/12/2019
1ª Emissão 4ª Série (i)	ago/11	out/23	300	2	CDI + 3,5%	711	647
1ª Emissão 15ª Série (i)	dez/11	jul/20	83.333	3000	120% do CDI	358.527	351.014
1ª Emissão 24ª Série (i)	set/14	jul/20	1.000	150	TR + 12%	456.497	406.279
1ª Emissão 25ª Série (i)	set/14	jul/17	300	375	-	62.447	62.578
1ª Emissão 26ª Série (i)	set/15	mar/17	1.000	100	CDI + 5%	135.045	121.913
1ª Emissão 27ª Série (i)	dez/15	dez/18	1.000	170	CDI + 5%	436.704	394.461
1ª Emissão 28ª Série (i)	jun/16	jun/19	300	303	CDI + 5%	162.242	146.599
2ª Emissão 2ª Série (i)	ago/10	jul/20	1.000	89	TR + 12%	144.378	128.495
2ª Emissão 3ª Série (i)	set/10	jul/20	1.000	111	120% CDI	67.964	62.656
3ª Emissão 3ª Série (i)	out/10	out/18	300	9	135 % CDI	3.977	3.681
3ª Emissão 5ª Série (i)	mar/11	mar/19	300	35	135 % CDI	21.137	19.782
3ª Emissão 7ª Série (i)	mai/11	jun/23	300	36	CDI + 4%	19.475	17.797
Total						1.869.104	1.715.902

- (i) – As movimentações de baixas ocorridas nas emissões indicadas estão detalhadas na nota explicativa “5.2.1”

Notas Explicativas

PDG Companhia Securitizadora – Em recuperação judicial
Informações trimestrais em
30 de junho de 2020

5.2.1 Movimentação dos saldos

Passivo - CRI	Saldo em	Atualização		Saldo em
	31/12/2019	Monetária	Amortização	30/06/2020
1ª emissão 4ª série	647	64	-	711
1ª emissão 15ª série	351.014	7.513	-	358.527
1ª emissão 24ª série	406.279	50.218	-	456.497
1ª emissão 25ª série	62.578	-	(131)	62.447
1ª emissão 26ª série	122.380	13.096	-	135.476
1ª emissão 27ª série	394.461	42.243	-	436.704
1ª emissão 28ª série	146.599	15.643	-	162.242
CRI 1ª Emissão	1.483.958	128.777	(131)	1.612.604
2ª emissão 2ª série	128.495	15.883	-	144.378
2ª emissão 3ª série	62.656	5.308	-	67.964
CRI 2ª Emissão	191.151	21.191	-	212.342
3ª emissão 3ª série	3.681	296	-	3.977
3ª emissão 5ª série	19.782	1.355	-	21.137
3ª emissão 7ª série	17.797	1.678	-	19.475
CRI 3ª Emissão	41.260	3.329	-	44.589
	1.716.369	153.297	(131)	1.869.535
Passivo - Despesas a Apropriar				
1ª emissão 26ª série	(467)	-	36	(431)
Total	1.715.902	153.297	(95)	1.869.104

5.2.2 Cronograma de amortização

Amortizações	Principal		Juros	
	Periodicidade	Início	Periodicidade	Início
1ª Emissão 4ª Série	Única	out/23	Semestral	abr/12
1ª Emissão 15ª Série	Única	jul/20	Única	jul/20
1ª Emissão 24ª Série	Única	jul/20	Única	jul/20
1ª Emissão 25ª Série	Única	jul/17	Única	jul/17
1ª Emissão 26ª Série	Única	mar/17	Única	mar/17
1ª Emissão 27ª Série	Semestral	jun/17	Semestral	jun/17
1ª Emissão 28ª Série	Única	jun/19	Única	jun/19
2ª Emissão 2ª Série	Única	jul/20	Única	jul/20
2ª Emissão 3ª Série	Única	jul/20	Única	jul/20
3ª Emissão 3ª Série	Única	out/18	Semestral	abr/11
3ª Emissão 5ª Série	Única	mar/19	Semestral	set/11
3ª Emissão 7ª Série	Única	jun/23	Semestral	dez/11

Os CRIs foram emitidos sob o regime fiduciário e estão lastreados por créditos imobiliários e vinculados a esse regime, os quais ficam excluídos do patrimônio comum da Companhia, e controlados individualmente por emissão. O acompanhamento desses CRIs é efetuado por agentes fiduciários, legitimados a praticar todos os atos necessários à proteção dos direitos dos investidores.

5.2.3 Cláusulas contratuais restritivas (“Covenants”) de dívidas tomadas com Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRIs”)

As emissões de CRI possuem cláusulas restritivas, na qual o não cumprimento de qualquer obrigação das Emitentes e/ou Avalistas e de outros itens não financeiros, acarreta no direito dos Credores exigirem o

Notas Explicativas

PDG Companhia Securitizadora – Em recuperação judicial
Informações trimestrais em
30 de junho de 2020

vencimento antecipado das Emissões. Com isso a Companhia compromete-se a notificar as emitentes quanto à deliberação dos Credores.

A PDG Realty S.A Empreendimentos Imobiliários - Em Recuperação Judicial emitente da 27ª Série da 1ª Emissão, 28ª Série da 1ª Emissão, 24ª Série da 1ª Emissão, 15ª Série da 1ª Emissão, 4ª Série da 1ª Emissão, 3ª Série da 1ª Emissão, 5ª Série da 3ª Emissão, 7ª Série da 3ª Emissão, 2ª Série da 2ª Emissão e 3ª Série da 2ª Emissão e Agra Empreendimentos Imobiliários S.A. emitentes da 3ª Série da 3ª Emissão não cumpriram as cláusulas restritivas na data de seus vencimentos.

O pedido de recuperação judicial, apresentado em 23 de fevereiro pelo Grupo (PDG), também fez com que todas as dívidas que possuíam este Covenants de restrição à recuperação judicial, apresentassem vencimento antecipado.

Em virtude desta situação, a Companhia seguiu a orientação da regra contábil definida no CPC 26 e efetuou a reclassificação dos montantes envolvidos, para o ativo circulante e passivo circulante em seu patrimônio separado.

6. Operações com partes relacionadas

Durante o período findo em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, foram efetuadas as seguintes operações com sociedades ligadas e acionistas:

a. Créditos e débitos com partes relacionadas

Referem-se a saldos a receber e a pagar com a PDG Realty e suas empresas controladas oriundos, principalmente, das operações de securitização, assunção de dívida com a controladora referente aos credores da recuperação judicial da Companhia e adiantamentos para futuro aumento de capital.

b. Contas a receber

Refere-se a prestação de serviços de intermediação, assessoria e gestão financeira nas operações de cessão de recebíveis praticadas para controladora.

Os valores são assim demonstrados:

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo		
Contas a receber (6.b)	1.617	1.458
Contas a receber em operações securitizadas (6.a)	44.433	42.354
	<u>46.050</u>	<u>43.812</u>
Passivo		
Assunção de dívidas a pagar (6.a)	449	449
Contas a pagar em operações securitizadas (6.a)	11.249	9.099
	<u>11.698</u>	<u>9.548</u>
Total	<u>34.352</u>	<u>34.264</u>

6.1 Operações de compra e venda de recebíveis imobiliários

A Companhia intermedia operações de compra de recebíveis imobiliários junto a sua controladora PDG Realty e suas controladas. A Companhia não outorga nenhum tipo de garantia nas operações de securitização.

Notas Explicativas

PDG Companhia Securitizadora – Em recuperação judicial
Informações trimestrais em
30 de junho de 2020

A Companhia realizou operações de securitização com lastro em CCI representativa de CCB emitidas por partes relacionadas. Essas CCBs encontram-se registradas contabilmente, na rubrica “Direitos creditórios”, nos respectivos balanços patrimoniais sintéticos por emissão de CRI, sob-regime fiduciário, conforme demonstrado abaixo:

Ativo - CCB	Saldo em 31/12/2019	Recebimento	Atualização Monetária	Saldo em 30/06/2020
1ª Emissão 4ª Série	641	-	70	711
1ª Emissão 15ª Série	350.503	(1.575)	7.570	356.498
1ª Emissão 24ª Série	406.279	-	50.218	456.497
1ª Emissão 25ª Série	62.196	(249)	288	62.235
1ª Emissão 26ª Série	121.718	(3)	13.135	134.850
1ª Emissão 27ª Série	394.461	-	42.243	436.704
1ª Emissão 28ª Série	146.599	-	15.643	162.242
CCB 1ª Emissão	1.482.397	(1.827)	129.167	1.609.737
2ª Emissão 2ª Série	128.495	-	15.883	144.378
2ª Emissão 3ª Série	61.732	(1.629)	7.808	67.911
CCB 2ª Emissão	190.227	(1.629)	23.691	212.289
3ª Emissão 3ª Série	3.587	(5)	358	3.940
3ª Emissão 5ª Série	18.671	(56)	1.358	19.973
3ª Emissão 7ª Série	17.626	(35)	1.742	19.333
CCB 3ª Emissão	39.884	(96)	3.458	43.246
Total	1.712.508	(3.552)	156.316	1.865.272

7. Imobilizado

a. Movimentação dos ativos imobilizados

Direito de uso	Custo	Depreciação	Total
Saldo em 31.12.2018	-	-	-
. Adições	32	-	32
. Baixas	-	(8)	(8)
Saldo em 31.12.2019	32	(8)	24
. Baixas	-	(5)	(5)
Saldo em 30.06.2020	32	(13)	19

8. Remuneração dos administradores

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1(d) o cancelamento da AGOE, convocada para 30 de abril de 2020, mantém inalterado o limite de remuneração global dos administradores da Companhia e membros do conselho fiscal, líquido de encargos sociais que sejam ônus da Companhia, para o ano de 2020, até a realização de nova AGOE. O valor fixado em 2019 foi de até R\$ 1.000.

9. Contingências

A Companhia é parte em ações judiciais perante tribunais de natureza trabalhista, fiscal e cível, decorrentes do curso normal de seus negócios.

A citada provisão para contingências foi constituída considerando a avaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos e estão registradas na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais líquidas”.

Notas Explicativas

PDG Companhia Securitizadora – Em recuperação judicial
Informações trimestrais em
30 de junho de 2020

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, entende que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir perdas prováveis com processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

Natureza - Perda Provável	30/06/2020	31/12/2019
Trabalhistas	187	188
Fiscal	39	39
Cíveis	3	4
Total	229	231
Parcela circulante	1	3
Parcela não circulante	228	228
Total	229	231

10. Imposto de renda e contribuição social

Durante o período findo em 30 de junho de 2020 a Companhia apresentou lucro tributável, para imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 11. (Em 30/06/2019, lucro tributável de R\$ 59).

11. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de junho de 2020, o capital social, totalmente subscrito e integralizado era de R\$ 37.380 (Em 31/12/2019 R\$ 37.380). O capital social está representado por 36.292.213 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (hum Real).

b. Dividendos mínimos obrigatórios e destinação do lucro líquido do exercício

De acordo com o estatuto social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76 e a Lei 11.638/07), o lucro líquido do exercício, quando disponível, após a dedução de participação dos administradores até o limite máximo legal e após a compensação de eventuais prejuízos acumulados, tem a seguinte destinação: (i) 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado; e (ii) 25% do saldo remanescente para pagamento de dividendos obrigatórios.

c. Resultado por ação

O calculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Não existem fatores de diluição em 30 de junho de 2020, fazendo com que o resultado por ação diluído ficasse o mesmo que o cálculo básico de lucro por ação. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos prejuízos por ação:

	30/06/2020	30/06/2019
Lucro por ação básico		
Lucro líquido disponível para as ações ordinárias	8	38
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	36.292	23.726
Lucro do período por ação (em R\$) – básico	0,00022	0,00160
Lucro por ação diluído		
Lucro líquido disponível para as ações ordinárias	8	38
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	36.292	23.726
Lucro do período por ação (em R\$) – diluído	0,00022	0,00160

Notas Explicativas

PDG Companhia Securitizadora – Em recuperação judicial
Informações trimestrais em
30 de junho de 2020

12. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento ativo das taxas contratadas versus as taxas vigentes no mercado.

Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia são caixa e bancos e aplicações em CDB, em condições normais de mercado, estando reconhecido pelos critérios descritos na Nota explicativa nº 3, divulgadas nas demonstrações financeiras de dezembro de 2019.

A categoria dos instrumentos financeiros é assim demonstrada:

	Nota	30/06/2020	31/12/2019	Classificação IFRS 9
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	4	757	746	Custo amortizado
Contas a receber	6b	1.617	1.458	Custo amortizado
Contas a receber em operações securitizadas	6b	44.433	42.354	Custo amortizado
Total dos ativos financeiros		46.807	44.558	
Passivos financeiros				
Fornecedores		1.662	1.578	Custo amortizado
Partes relacionadas	6b	449	449	Custo amortizado
Contas a pagar em operações securitizadas	6b	11.249	9.099	Custo amortizado
Total dos passivos financeiros		13.360	11.126	

A Companhia não operou com derivativos nos períodos findos em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019. O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos na data do balanço, representados substancialmente por aplicações financeiras, contas a receber e obrigações por emissão de créditos de recebíveis imobiliários se aproximam dos seus valores de mercado estimados, dado que a maior parte das operações é pós-fixadas.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com alta remuneração em títulos de curto prazo.

Em atendimento ao disposto na Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia confirma não estar exposta a instrumentos financeiros não evidenciados nas suas demonstrações financeiras. Seguem abaixo as considerações sobre riscos sobre instrumentos financeiros.

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Notas Explicativas

*PDG Companhia Securitizadora – Em recuperação judicial
Informações trimestrais em
30 de junho de 2020*

Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Até o momento a Companhia não identificou tais riscos.

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia utiliza para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de exigências previstas em contratos de CRI.

Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, estabelece que as Companhias abertas devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros representados pelos CRIs - Certificados de Recebíveis Imobiliários e pelos contratos de recebíveis tomados como lastro para a emissão desses certificados estão sujeitos às condições equivalentes de taxas, indexadores e prazos, situação que torna neutro os efeitos decorrentes de quaisquer cenários econômicos aos quais a Companhia pode estar exposta. Essa condição é reforçada por serem instrumentos financeiros cuja negociação é vedada, por estarem segregados do patrimônio comum da Companhia. Nessa linha, quaisquer variações nos cenários econômicos implicam igualmente efeitos compensáveis, não gerando efeito no resultado da Companhia.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras efetuando suas operações em instituições financeiras de primeira linha.

Considerando o cenário descrito, a Companhia não apresenta para o período findo em 30 de junho de 2020 o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Informações complementares acerca da emissão de CRI

Em atenção ao disposto no artigo 3º da Instrução da CVM nº 414/04, seguem os dados relativos à: (a) aquisição, retrocessão, pagamento e inadimplência dos créditos vinculados à emissão dos CRI emitidos; (b) classificação de risco dos CRI emitidos a que se refere o §7º do artigo 7º da referida Instrução, se for o caso; e (c) balanço patrimonial sintético por emissão de CRI sob-regime fiduciário.

- a. **Aquisição, retrocessão, pagamento e inadimplência relacionados aos créditos vinculados à emissão de CRI.**

Notas Explicativas

PDG Companhia Securitizadora – Em recuperação judicial
Informações trimestrais em
30 de junho de 2020

(i) Aquisição:

Até o período findo em 30 de junho de 2020, a Companhia efetuou as seguintes emissões de CRI:

Código emissor	CRI	Emissão	Série	Data de Emissão
8711401	11H0012972	1ª Emissão	3ª Série	12/08/2011
8711401	11H0013027	1ª Emissão	4ª Série	12/08/2011
8711401	11L0015528	1ª Emissão	15ª Série	20/12/2011
8711401	14I0055087	1ª Emissão	24ª Série	05/09/2014
8711401	14I0055096	1ª Emissão	25ª Série	05/09/2014
8711401	15I0188259	1ª Emissão	26ª Série	28/09/2015
8711401	15L0589791	1ª Emissão	27ª Série	15/12/2015
8711401	16F0078976	1ª Emissão	28ª Série	07/06/2016
8711401	10H0004065	2ª Emissão	2ª Série	05/08/2010
8711401	10I0001003	2ª Emissão	3ª Série	02/09/2010
8711401	10J0010501	3ª Emissão	3ª Série	14/10/2010
8711401	11C0000002	3ª Emissão	5ª Série	01/03/2011
8711401	11E0030386	3ª Emissão	7ª Série	31/05/2011

(ii) Retrocessão

Não ocorreram recompras no período findo em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

(iii) Pagamento de principal e juros

Durante o período findo em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou os seguintes pagamentos de operações vinculadas às emissões de CRI:

Emissão	30/06/2020		31/12/2019	
	Principal	Juros	Principal	Juros
1ª Emissão 3ª Série	-	-	-	313
1ª Emissão 15ª Série	-	-	9.475	-
1ª Emissão 25ª Série	131	-	3.632	-
2ª emissão 3ª Série	-	-	876	6.293
3ª Emissão 3ª Série	-	-	-	186
3ª Emissão 7ª Série	-	-	-	213
Total	131	-	13.983	7.005

Relatórios de classificação de risco dos CRI emitidos

Em 17 de Junho de 2016 foi realizada assembleia geral dos titulares dos CRI da 15ª Série 1ª Emissão, na qual foi dispensado definitivamente o cumprimento da obrigação de manutenção de “rating” corporativo igual ou superior a “A” emitido pelas principais agências classificadoras.

Portanto, para todos os CRI emitidos pela Companhia não há nenhum requerimento para que sejam elaborados relatórios de classificação de risco.

b. Balanço patrimonial sintético por emissão

Para elaboração do balanço sintético por emissão de CRI foram utilizados os mesmos critérios estabelecidos pela Lei 9.514 de 1997, e não foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A seguir, destacamos os balanços sintéticos por emissão em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

Notas Explicativas

PDG Companhia Securitizadora – Em recuperação judicial
Informações trimestrais em
30 de junho de 2020

Balanco sintético em 30 de junho de 2020.

ATIVO	Nota	1ª Emissão	1ª Emissão	1ª Emissão	1ª Emissão	1ª Emissão	1ª Emissão
		4ª Série	15ª Série	24ª Série	25ª Série	26ª Série	27ª Série
Circulante							
Banco		-	2.029	-	212	-	-
Aplicações financeiras		-	-	-	-	195	-
Direitos creditórios	5.1	711	356.498	456.497	62.235	134.850	436.704
Total		711	358.527	456.497	62.447	135.045	436.704
Total Ativo		711	358.527	456.497	62.447	135.045	436.704
PASSIVO							
Circulante							
Emissão CRI.	5.2.1	711	358.527	456.497	62.447	135.476	436.704
Despesas a apropriar	5.2.1	-	-	-	-	(431)	-
Total		711	358.527	456.497	62.447	135.045	436.704
Total Passivo		711	358.527	456.497	62.447	135.045	436.704

Continuação do balanço sintético de 30 de junho de 2020.

ATIVO	Nota	1ª Emissão	2ª Emissão	2ª Emissão	3ª Emissão	3ª Emissão	3ª Emissão	Total
		28ª Série	3ª Série	2ª Série	3ª Série	5ª Série	7ª Série	
Circulante								
Banco		-	53	-	-	338	-	2.632
Aplicações financeiras		-	-	-	37	826	142	1.200
Direitos creditórios	5.1	162.242	67.911	144.378	3.940	19.973	19.333	1.865.272
Total		162.242	67.964	144.378	3.977	21.137	19.475	1.869.104
Total Ativo		162.242	67.964	144.378	3.977	21.137	19.475	1.869.104
PASSIVO								
Circulante								
Emissão CRI.	5.2.1	162.242	67.964	144.378	3.977	21.137	19.475	1.869.535
Despesas a apropriar	5.2.1	-	-	-	-	-	-	(431)
Total		162.242	67.964	144.378	3.977	21.137	19.475	1.869.104
Total Passivo		162.242	67.964	144.378	3.977	21.137	19.475	1.869.104

Notas Explicativas**PDG Companhia Securitizadora – Em recuperação judicial**
Informações trimestrais em
30 de junho de 2020

Balanco sintético em 31 de dezembro de 2019.

ATIVO	Nota	1ª Emissão	1ª Emissão	1ª Emissão	1ª Emissão	1ª Emissão	1ª Emissão
		4ª Série	15ª Série	24ª Série	25ª Série	26ª Série	27ª Série
Circulante							
Banco		-	511	-	382	-	-
Aplicações financeiras		6	-	-	-	195	-
Direitos creditórios	5.1	641	350.503	406.279	62.196	121.718	394.461
Total		647	351.014	406.279	62.578	121.913	394.461
Total Ativo		647	351.014	406.279	62.578	121.913	394.461
PASSIVO							
Circulante							
Emissão CRI.	5.2.1	647	351.014	406.279	62.578	122.380	394.461
Despesas a apropriar	5.2.1	-	-	-	-	(467)	-
Total		647	351.014	406.279	62.578	121.913	394.461
Total Passivo		647	351.014	406.279	62.578	121.913	394.461

Continuação do balanço sintético de 31 de dezembro de 2019.

ATIVO	Nota	1ª Emissão	2ª Emissão	2ª Emissão	3ª Emissão	3ª Emissão	3ª Emissão	Total Emissão
		28ª Série	3ª Série	2ª Série	3ª Série	5ª Série	7ª Série	
Circulante								
Banco		-	-	-	-	-	8	901
Aplicações financeiras		-	924	-	94	1.111	163	2.493
Direitos creditórios	5.1	146.599	61.732	128.495	3.587	18.671	17.626	1.712.508
Total		146.599	62.656	128.495	3.681	19.782	17.797	1.715.902
Total Ativo		146.599	62.656	128.495	3.681	19.782	17.797	1.715.902
PASSIVO								
Circulante								
Emissão CRI.	5.2.1	146.599	62.656	128.495	3.681	19.782	17.797	1.716.369
Despesas a apropriar	5.2.1	-	-	-	-	-	-	(467)
Total		146.599	62.656	128.495	3.681	19.782	17.797	1.715.902
Total Passivo		146.599	62.656	128.495	3.681	19.782	17.797	1.715.902

Notas Explicativas

PDG Companhia Securitizadora – Em recuperação judicial
Informações trimestrais em
30 de junho de 2020

13. Receita operacional líquida

Segue a abertura da receita operacional líquida nos períodos findos em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2019.

	01/04/2020	01/01/2020	01/04/2019	01/01/2019
	a	a	a	a
	30/06/2020	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2019
Receita bruta de serviços prestados	40	161	-	836
(-) Deduções da receita	(12)	(14)	44	(75)
Receita operacional líquida	28	147	44	761

14. Custos dos serviços prestados

Segue a abertura dos custos dos serviços prestados nos períodos findos em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2019.

	01/04/2020	01/01/2020	01/04/2019	01/01/2019
	a	a	a	a
	30/06/2020	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2019
Despesas com pessoal	-	-	10	(337)
Serviços de terceiros	(6)	(27)	(39)	(277)
Aluguel e condomínio	-	-	(1)	(11)
Total	(6)	(27)	(30)	(625)

15. Despesas operacionais

	01/04/2020	01/01/2020	01/04/2019	01/01/2019
	a	a	a	a
	30/06/2020	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2019
Gastos com publicação	14	(55)	25	(30)
Outras despesas administrativas	(31)	(31)	(1)	(39)
	(17)	(86)	24	(69)
Despesas tributárias	(5)	(18)	(10)	(8)
Depreciação/ amortização	(3)	(5)	(3)	(3)
Outras receitas e despesas	(3)	(6)	(6)	14
Outras	(11)	(29)	(19)	3
Total	(28)	(115)	5	(66)

16. Resultado financeiro

	01/04/2020	01/01/2020	01/04/2019	01/01/2019
	a	a	a	a
	30/06/2020	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2019
Receitas Financeiras				
Varição monetária, juros e multas	4	7	6	11
	4	7	6	11
Despesas Financeiras				
Despesas bancárias	-	(1)	-	(22)
	-	(1)	-	(22)
Total	4	6	6	(11)

Notas Explicativas

PDG Companhia Securitizadora – Em recuperação judicial
Informações trimestrais em
30 de junho de 2020

17. Cobertura de seguros

A Companhia não possuía seguros contratados nos períodos findos em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR (EMITIDO COM ABSTENÇÃO DE CONCLUSÃO)

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
PDG Companhia Securitizadora – em recuperação judicial
São Paulo - SP

INTRODUÇÃO

Fomos contratados para revisar as informações financeiras intermediárias da PDG Companhia Securitizadora – em recuperação judicial (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para o período de três meses e seis meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão. Em decorrência dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão.

ALCANCE DA REVISÃO

Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria. Nossa revisão foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Contudo, devido ao assunto descrito na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível obter evidências apropriadas e suficientes para fundamentar nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias.

BASE PARA ABSTENÇÃO DE CONCLUSÃO

Limitações de escopo para o nosso exame

1. Conforme descrito na nota explicativa nº 1.b, o plano de recuperação judicial da Companhia e de sua Controladora, PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações (em recuperação judicial), foi majoritariamente aprovado em assembleia de credores realizada no dia 30 de novembro de 2017 e homologado em 6 de dezembro de 2017 pelo juiz da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionados a Arbitragem da Comarca de São Paulo. Eventuais alterações em valor, reclassificações dos credores entre classes de dívida e/ou opção de pagamento, ainda podem ocorrer após o julgamento das impugnações e agravos em curso, os quais devem ser concluídos após as reuniões de conciliações a serem agendadas em juízo, bem como da inclusão de determinados credores que não foram previamente considerados no plano de recuperação judicial.

Não obstante essas circunstâncias, em conjunto com as menções contidas na nota explicativa nº 5.2.3(c), sobre emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) contidos no patrimônio separado apresentarem cláusulas restritivas (Covenants) relativas à recuperação judicial, além daquelas contidas na nota explicativa nº 1(a), que versa sobre a Companhia operar substancialmente com certificados de recebíveis de controladas de sua Controladora, tanto que demonstra relevante dependência de sua Controladora. Dessa forma, as situações acima descritas indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade operacional da Companhia. Em decorrência desse assunto, não foi possível concluir sobre o pressuposto de continuidade e se a base de elaboração das demonstrações financeiras é apropriada.

ABSTENÇÃO DE CONCLUSÃO

Devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível obter evidências apropriadas e suficientes que nos permitissem concluir se tomamos conhecimento de algum fato que nos levasse a acreditar que as informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como a apresentação dessas informações, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Consequentemente, este relatório é emitido com abstenção de conclusão.

OUTROS ASSUNTOS

Demonstrações do valor adicionado

Fomos também contratados para revisar as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações

intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), que é considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação das DVAs. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível obter evidências apropriadas e suficientes para fundamentar nossa conclusão sobre estas demonstrações em relação às informações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto. Consequentemente, este relatório é emitido com abstenção de conclusão.

São Paulo, 12 de agosto de 2020.

PP&C Auditores Independentes
CRC2SP16.839/O-0

E. Camillo Pachikoski Giacomo Walter Luiz de Paula
Contador Contador
CRC1SP158.871/O-7 CRC SP-243045/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, INCISO VI, DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da PDG COMPANHIA SECURITIZADORA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.955, 6º andar, CEP 04548-005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.538.973/0001-53 (“Companhia”), nos termos do inciso VI, parágrafo 1º, do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que revimos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Companhia para o período findo em 30 de junho de 2020.

São Paulo, 13 de agosto de 2020.

AUGUSTO ALVES DOS REIS NETO
Diretor de Relações com Investidores e

ROBERTO GIARELLI
Diretor sem Designação Específica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25, § 1º, INCISO V, DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaro, na qualidade de diretor responsável por fazer elaborar as demonstrações financeiras da PDG Companhia Securitizadora – Em Recuperação Judicial, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.955, 6º andar, CEP 04548-005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.538.973/0001-53 (“Companhia”), nos termos do inciso V, parágrafo 1º, do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que revimos, discutimos e discordamos da abstenção de opinião expressa no parecer dos auditores independentes da Companhia (PP&C Auditores Independentes) referentes às demonstrações financeiras da Companhia para o período findo em 30 de junho de 2020 (“Parecer”), pelas razões expostas a seguir:

1. Em decorrência da grave crise financeira enfrentada, em 22 de fevereiro de 2017 a PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações – Em Recuperação Judicial (“Grupo PDG”) e 511 (quinhentas e onze) sociedades integrantes do seu grupo econômico, incluindo a Companhia, protocolaram o pedido de recuperação judicial (“Plano de Recuperação”). Em 06 de dezembro de 2017, o Juiz de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionados à Arbitragem da Comarca da Capital de São Paulo, nos autos do processo nº 1016422-34.2017.8.26.0100 homologou o referido plano, autorizando a Companhia a iniciar sua implementação.
2. A Companhia e o Grupo PDG estão seguindo as fases previstas no Plano de Recuperação e cumpriram, até o momento, integralmente os pagamentos previstos, estando em dia com todas as suas obrigações.
3. Sobre as incertezas na continuidade operacional da Companhia em razão de possíveis alterações no Plano de Recuperação, por conta de valor, reclassificações dos credores entre classes de dívida e/ou opção de pagamento após o julgamento de impugnações e agravos em curso, bem como a possível inclusão de determinados credores que não foram previamente considerados na relação de credores do Grupo PDG, a Companhia esclarece que está previsto um procedimento de conciliação para análise de impugnações de crédito apresentadas por determinados credores, o qual, em conjunto com o julgamento das impugnações em si, poderão gerar alterações exclusivamente à relação de credores da Companhia inclusos no Plano de Recuperação. Contudo o referido procedimento, bem como as impugnações em curso não tem o propósito ou o condão seja de alterar o Plano de Recuperação, seja de invalidá-lo ou interrompê-lo. Além disso, os agravos de instrumento ajuizados contra decisão homologatória do Plano de Recuperação não gozam de efeito suspensivo.
4. Portanto, o Plano de Recuperação encontra-se atualmente com plena eficácia e em fase de implementação pelo Grupo PDG, de modo que várias das medidas nele previstas, tais como (i) o aumento de capital, no valor de R\$ 74,2 milhões para conversão de dívidas concursais; (ii) o pagamento dos créditos trabalhistas quirografários e detidos por microempresas e empresas de pequeno porte no valor de mais de R\$ 107,3 milhões, e (iii) dações em pagamento no valor de R\$ 99,8 milhões, foram realizados até o final do exercício de 2019. Destacamos que até o final do período encerrado em 30 de junho de 2020, realizamos o pagamento de R\$ 4 milhões em dação em pagamento e com recursos próprios.
5. Assim, entendemos por relevante ressaltar que, o Grupo PDG já quitou até 30 de junho de 2020, mais de R\$ 285 milhões em dívidas concursais, ou seja, dívidas que foram reestruturadas dentro do Plano de Recuperação.
6. Diante de todas as considerações expostas acima, embora respeitemos a opinião de nosso auditor, discordamos de que existem incertezas significativas que sejam do nosso conhecimento, até o presente momento, que possam de qualquer forma afetar à continuidade no cumprimento do Plano de Recuperação Judicial e que, ainda, possam se refletir em questionamento razoável sobre a continuidade operacional do Grupo PDG.

São Paulo, 13 de agosto de 2020.

AUGUSTO ALVES DOS REIS NETO
Diretor de Relações com Investidores e

ROBERTO GIARELLI
Diretor sem Designação Específica